



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	12917/2023
Data do Início	26/06/2023
Folha	19
Rubrica	

Processo nº 12917/2023

PARECER GPG N.º 561/PGM/2023
IMPUGNAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL
N.º 14/2023
ANÁLISE DE LEGALIDADE

Data: 28/06/2023

I - RELATÓRIO

Trata-se o presente de IMPUGNAÇÃO ao Edital da PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2023, que tem por objeto a “prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de mão de obra, todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessários, a serem executados nas dependências das Unidades Escolares do Município de Maricá e em todos os prédios administrados pela Secretaria de Educação”.

A IMPUGNANTE requer a exclusão do item B.6 do Edital, afirmando-se que a disposição não se conforma aos preceitos de razoabilidade e proporcionalidade, inerentes à Administração Pública, de modo a restringir a participação dos licitantes.

É o relatório.

II - DO MÉRITO

Tem-se que o cerne da discussão baseia-se nos dispositivos elucidados no artigo 31 da lei 8.666/93, abaixo transcritos:

“Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	12917/2023
Data do Início	26/06/2023
Folha	20
Rubrica	<i>e</i>

sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação”.

De nossa parte, entendemos que não há impedimentos ao estabelecimento de capital mínimo ou valor do patrimônio líquido, quando não excedidos os 10% do valor estimado da contratação. Necessário ainda ressaltar que o valor da contratação é expressivo, cujo montante corresponde a R\$ 33.854.634,14, parecendo haver plausibilidade para a exigência no caso concreto, desde que observados os limites legais.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	12917/2023
Data do Início	26/06/2023
Folha	21
Rubrica	<i>g</i>

Em consonância ao exposto, traz-se a lume as precisas lições de Marçal Justen Filho:

“A exigência de patrimônio líquido mínimo poderá ser imposta em casos de compras para entrega futura, de obras ou serviços (...) Caberá ao edital, em cada caso, adotar essa previsão, justificando-a devidamente. Se a execução do objeto do contrato não exigir grande inversão de recursos, a cláusula de patrimônio líquido mínimo será desnecessária. A indevida previsão de requisito dessa ordem caracterizará vício a ser reprimido.

Ademais, não poderá ultrapassar a 10% do valor previsto para a contratação” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 15. ed. – São Paulo: Dialética, 2012. p. 549)

Por conseguinte, citamos a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

“ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. EXIGÊNCIA DE CAPITAL SOCIAL CIRCULANTE MÍNIMO. LEGALIDADE. ATENDIMENTO EXPRESSO À FINALIDADE E CONVENIÊNCIA PÚBLICA. ATO ADMINISTRATIVO REGULARMENTE MOTIVADO. PRECEDENTES.

1. Trata-se de recurso especial interposto em autos de ação declaratória de nulidade de ato administrativo por Atento Brasil S/A, com o objetivo de impugnar acórdão que em juízo de apelação reconheceu legal, nos termos da Lei 8.666/93, a Administração Pública exigir na fase de habilitação de certame licitatório que as empresas participantes comprovem capital mínimo circulante de 10% do valor a ser contratado.

2. Não se identifica nenhuma ilegalidade no fato de que, em razão da grande expressão econômica e de responsabilidade técnica, exija-se das empresas a comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido em 10% do valor da contratação. Precedente: MS 8.240/DF, DJ 02/09/2002, Rel. Min. Eliana Calmon; Resp 402.711/SP, DJ 19/08/2002, de minha relatoria.

3. Recurso especial conhecido e não-provido”.

(REsp n. 927.804/MG, relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, julgado em 20/9/2007, DJ de 1/10/2007, p. 241.)



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	12917/2023
Data do Início	26/06/2023
Folha	22
Rubrica	

Do mesmo modo, verificam-se os precedentes do Tribunal de Contas da União:

“À Administração é facultada a exigência de patrimônio líquido mínimo nos certames que se destinem à compras para entrega futura e à execução de obras e serviços, conforme se extrai do disposto no art. 31 e parágrafos da Lei nº 8.666/1993.

Observe-se que essa faculdade conferida à Administração possui o limite máximo de 10% do valor estimado para a contratação. Nesse sentido, não há falar em exigências superiores a esse percentual, sob pena de ser violado esse dispositivo.

Não é demais registrar que o patrimônio líquido mínimo de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) exigido dos participante do certame é inferior a 5% do valor estimado para as despesas anuais no objeto licitado (R\$ 3.620.900,00), ou seja, dentro dos limites previstos no Estatuto das Licitações” (Acórdão 702/2007 – Plenário – Rel. Min. Benjamin Zymler).

“Verifico que a exigência de capital mínimo, de patrimônio líquido mínimo ou ainda de garantias, de acordo com o que dispõem os §§ 2º, 3º e 4º do art. 31 do Estatuto de Licitações, constituiria ato discricionário dos gestores, ou seja, estaria dentro da margem de liberdade a eles conferida. Faculta-lhes a lei a utilização de critérios próprios para avaliar ou decidir o melhor caminho visando atender ao interesse público” (Acórdão 1.844/2005 – Rel Min. Guilherme Palmeira).

Verifica-se que, em suas justificativas, o órgão de licitações informa que parametrizou o feito com base na Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Muito embora tal ato normativo se refira aos órgãos e entidades da União, parece não haver impedimentos a orientar as condutas dos agentes desta municipalidade com base na aludida IN, visto tratar-se de balizador para a Administração Pública no âmbito da execução indireta, desde que efetivamente observados os seus limites explícitos. Ademais, muito embora o consignado nos precedentes acima ressaltados, o subitem 11.1, alínea ‘c’, afirma que nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir a comprovação de patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	12917/2023
Data do Início	26/06/2023
Folha	23
Rubrica	

Para todos os efeitos, reproduzimos o texto normativo:

“11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;”

3. CONCLUSÃO

Desta forma, em relação aos questionamentos apresentados, cabe à Autoridade Competente proferir a decisão técnica quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, **sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.**

No mais, ressaltamos que a presente análise adstringe-se à matéria objeto de impugnação, de modo que reportamo-nos a todas as demais temáticas de fato e de direito preteritamente expostas no parecer prévio desta Especializada.

À Secretaria de Educação.

Villy Teixeira Silva
Assessor
Mat. 106.264

Fabrício Monteiro Porto
Procurador-Geral do Município